



Travessia

Outubro-novembro/2009
Nº 66

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 7317828505
ECT/DRIMG/CENTRO
APESJF SSind. PUBLICAÇÕES

Depois de quase um ano, ANDES-SN é recebido no MEC

Veja ainda

Docentes entregam Pauta Local de Reivindicações ao Reitor da UFJF, Pág 6

APESJF organizou série de eventos na semana do professor com música, debate e o tradicional baile do professor, pág 3, 4 e 5

ANDES avança na formulação de proposta de carreira do sindicato, pág 7

Profº Álvaro Quelhas fala sobre " Educação e trabalho docente: a atualidade da defesa de princípios e concepções" , pág 8



Protesto de docentes na Câmara dos Deputados resultou em audiência com Ministro da Educação

Os professores Agostinho Beghelli Filho e Ana Lúcia Vargas falaram no painel "A Função Social da Universidade e Trabalho Docente", promovido pela APESJF, no Dia do Professor. Ambos deram entrevista ao TRAVESSIA, respectivamente sobre Carreira Docente e as Condições de Saúde do Professor. Págs 4 e 5



Ana Lúcia Vargas



Agostinho Beghelli

Somente após protesto na Câmara e em frente do Ministério da Educação e a intervenção de vários parlamentares o Ministro Fernando Haddad recebeu o ANDES Sindicato Nacional. O objetivo dos docentes era cobrar do ministério a retomada das conversações e a apresentação das propostas de mudanças dentro das IFES divulgadas de modo extra-oficial.

Os diretores do ANDES ainda entregaram ao ministro os últimos documentos produzidos pelo sindicato contendo análises e estudos sobre temas específicos da educação superior,

O presidente do ANDES-SN ressaltou a dificuldade de abertura de diálogo da parte do MEC, já que, há quase um ano, o sindicato tenta uma audiência, enquanto diversos documentos, projetos e minutas são divulgados contendo diretrizes contrárias às bandeiras históricas defendidas pelos docentes.

O sindicato reafirmou ainda a necessidade de o MEC, e não o MPOG, ser protagonista nestas discussões, pág 7

Editorial

Desde muito, o ser humano cumpre um papel essencial que o distingue de outros seres vivos: - aprender e ensinar. Assim é que vêm sendo construídas as civilizações correspondentes a períodos conjunturais e, transcendendo no tempo, as culturas que sintetizam princípios e expressam estruturalmente o caráter da obra humana.

Em qualquer circunstância, a transmissão de conhecimentos, de valores espirituais e morais tem um elo imprescindível com a figura do professor. Nas culturas mais antigas, era ele parte das corporações que detinham os conhecimentos sagrados e passavam os ensinamentos aos iniciados e detentores do poder.

Coube à Civilização Grega, apropriada pelos romanos, que a estenderam ao mundo ocidental, o alargamento do processo de transmissão de conhecimento correlacionado com a concepção de cidadania, inicialmente restrita a poucos e, depois estendida a todos os habitantes do Império Romano.

Os anos difíceis e tumultuados da Idade Média, ainda assim, não impossibilitaram as atividades educativas, ainda que limitadas. Com a retomada das atividades econômicas mais vigorosas com o crescimento das cidades no século XII, coube às universidades a retomada acelerada da educação e da cultura.

Mas, foi preciso a industrialização e a revolução burguesa para unir o papel da educação com a idéia de liberdade e democracia associadas à construção dos Estados Nacionais. Adiante, os socialistas colocaram a educação como a questão central para se livrarem de séculos de atraso social.

Aqui, no Brasil, caminhamos por outras trilhas. País escravocrata, vincado pelo Patrimonialismo desde o seu descobrimento pelos portugueses, forjamos lentamente o nosso sistema educacional e, somente no século vinte, erigimos nossas primeiras universidades. Até hoje, patinamos em índices vergonhosos de alfabetização, sem mencionar o analfabetismo funcional, incompatíveis com a pretensão do país de se tornar uma potência, sem falar no desejo menos grandiloquente de ser apenas um país de desenvolvimento humano digno para todos os brasileiros.

O que falta para o Brasil avançar na direção desse segundo objetivo que, de resto, é o principal? Apontamos alguns caminhos elementares: - 1º Assumir a questão educacional como ponto de partida para a construção coletiva nacional; - 2º universalização da educação em todos os níveis; para tanto, dotá-la de recursos suficientes e necessários para que seja o fio condutor no aproveitamento do rico potencial brasileiro nas artes, na cultura, na ciência e tecnologia; - 3º Construção de caminhos próprios, sem desprezar outras experiências, mas que sejam soluções genuinamente brasileiras, com atendimento às diversidades e particularidades regionais; - 4º Trabalhar na formação de professores, com carreira e remuneração adequada, recuperando o seu papel essencial e prioritário na sociedade; - 5º Transformar a educação e torná-la ponta-de-lança, no confronto social, do novo, da crítica, da solidariedade, da construção coletiva em oposição ao mundo esvaziado, puramente material e individualizado do Capital.

No 15 de Outubro, ao comemorarmos o Dia do Professor, consideramos que essas reflexões são as mais pertinentes. Uma coisa é certa: sem o professor não haverá a revolução tão necessária na educação brasileira e, por extensão, na sociedade brasileira. Para sermos mais claros, busquemos inspiração na Pedagogia de Paulo Freire, sempre atual: educação não é apenas incluir; é incluir e emancipar.

Precisamos, portanto, mais do que tecnologias e aparatos midiáticos para que todos os brasileiros pela reflexão e ação se insiram na realidade do nosso país e ultrapassem o modelo da opressão para alcançar o da liberdade conquistada. E, mais uma indicação para nós professores: é preciso escolher entre sermos meros repetidores do conhecimento pronto ou se queremos educar para a libertação. A primeira via leva à obediência, à sujeição. A outra liberta, responsabiliza e constrói.

Esta, portanto, deve ser a nossa escolha.

A Diretoria

Tragédia anunciada

Um sem número de estudos e soluções é debatido, discutido e jogado no ar sempre que um fato como a derrubada de um Helicóptero por traficantes cariocas ou a morte de mãe e filha inocentes, durante os confrontos choca toda a sociedade. A mídia comenta, âncoras vespertinas vociferam, o governo anuncia novos (?) milhões a serem investidos, a comunidade dos morros sofre com balas perdidas acertando seus calcanhares, jornais internacionais dão destaque, o medo é olímpico e a triste medalha de chumbo é nossa.

Passado o inferno, vamos ao próximo assunto, agora o esporte, o campeonato brasileiro...reclamamos da vida, esquecemos o que não nos afeta mais, e bola para frente. O pó e as armas voltam a circular, o governo central continua ausente, as políticas públicas continuam a bater cabeça num prólogo da próxima tragédia.

Como num tipo de esporte macabro, o Bope ou qualquer outro agrupamento campeão em mortes continua subindo o morro com armas em punho, caveirões e helicópteros (agora mais vulneráveis) numa competição que chega a ser cantada nas letras de Funk. Outros agrupamentos da PM, além da própria, entram no certame, que apresenta também milícias, formadas por ex-PMs e os próprios traficantes, divididos em comandos, os quais, num campeonato de pontos corridos, contabilizam agora vários pontos com a derrubada da aeronave.

Enquanto isso, as medidas que poderiam apontar saídas, que incluem a inteligência, ações de infiltração, o combate ao tráfico internacional de armas, a vigilância de nossas fronteiras, um sistema prisional que de fato paralise a ação dos chefes detidos e a presença do poder central de fato nas regiões dominadas pelos comandos, vão ficando para trás.

Fica a pergunta: como armas tão pesadas vão parar no alto do morro. O AK-47 de origem russa, o americano M-16 e o Belga Fal, se transformaram em artigos pop, que até as crianças conhecem. Uma pesquisa divulgada pela subcomissão de armas e munições da Câmara dos Deputados, a ONG Viva Rio e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça traçou um perfil de 238 mil armas apreendidas em todo o país. Muitas dessas armas são enormes. Não entram no morro escondidas dentro da cueca - como dólares costumam ser levados - devem ser transportadas em veículos que não conseguiriam passar caso fossem alvo de uma fiscalização minimamente rígida.

Há os que defendem a impossibilidade de se fiscalizar um fronteira gigantesca como a brasileira. Mas se estamos numa guerra, é justamente isso o que a sociedade espera de suas forças armadas, enfraquecer o inimigo, impedindo que ele se arme, cortar o suprimento de seu poder de fogo.

Espera-se do governo que ele esteja presente em todo o território nacional, seja na fronteira, seja nos morros e subúrbios, sempre na defesa dos que trabalham e sofrem com mortes, balas perdidas e o abandono do poder público. Caso contrário, mais helicópteros continuarão caindo, mais inocentes morrerão. Desligaremos a TV e fingiremos que tudo não passa de ficção.

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

Profº. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração -
 Profª. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Profº. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Profª. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Profª. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Profº. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Profª. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1ª Secretária
 2ª Secretária
 1º Tesoureiro
 2º Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão /
 Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares
 / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 /

Fotos Júlio Vasques



O Baile do Professor, realizado em 17/10, na AAB, foi bastante prestigiado e animado, com um desfile de sucessos da década de 50 até os dias atuais

Infor mes

Reorganização

Entidades do movimento social organizaram o 1º Seminário Nacional de Reorganização Sindical em 01 e 02/11. O evento se deu na Quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo - Rua Tabatinguera, nº 192 - Praça da Sé - São Paulo/SP.

Dívida

No dia 21/10, foi realizada a 10ª reunião da CPI da Dívida, que organizou Audiência Pública com o economista Carlos Lessa, ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES. Na Audiência, Lessa mostrou como a explosão da dívida interna decorre de uma má gestão das políticas monetária e fiscal, com altas taxas de juros, livre movimentação de capitais e isenção tributária para investidores estrangeiros.

MST

Informações do Movimento dos Trabalhadores sem Terra indicam que quatro deputados federais que assinaram o requerimento favorável à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) contra o MST receberam doações da Sucocítrico Cutrale, empresa que monopoliza o mercado de laranja do Brasil e acumula denúncias na Justiça.

Ensino Básico

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 21/10, Projeto de Lei 3971/08, da deputada Ângela Amin (PP-SC), que exige nível superior, com licenciatura, dos professores que atuarão na educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio). A matéria, aprovada na forma do substitutivo do deputado Iran Barbosa (PT-SE), será enviada para votação no Senado.

Gts se reúnem

O V Encontro de Grupos de Trabalho (GTs) do ANDES-S - se deu entre 23 e 25/10 no campus da Universidade Federal de Santa Maria. Os docentes discutiram a flexibilização dos modelos de formação nas IFES e os focos de privatização crescentes hoje dentro das instituições.

Setor das IPES

O ANDES-SN realizou, nos dias 02 e 03/10, o Encontro Nacional sobre o Ensino Superior Privado e fortalecimento do Setor das IPES, em Salvador, BA. O evento contou com palestras do presidente do ANDES-SN, Ciro Teixeira Correia e do professor Antônio Bosi.

Demonstrativos de Receitas e Despesas

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS		DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
AGOSTO/2009		SETEMBRO/2009	
RECEITAS	56.313,14	RECEITAS	57.860,85
FIXAS	53.621,49	FIXAS	53.592,38
Contr. Dos Sindicalizados	53.621,49	Contr. Dos Sindicalizados	53.592,38
VARIÁVEIS	2.312,65	VARIÁVEIS	2.193,18
Mens Ch Apes	0,00	Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00	Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00	Outras Receitas	0,01
Rendimentos Financeiros	1.932,65	Rendimentos Financeiros	1.813,17
Taxa de Administração	0,00	Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00	Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	100,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00	Venda Bem Ativo Permanente	100,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	379,00	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.975,29
Bar Apes	0,00	Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	350,00	Recuperação Baile	1.845,00
Recuperação Despesas	29,00	Recuperação Despesas	130,29
DESPESAS	45.835,80	DESPESAS	46.970,28
RECURSOS HUMANOS	19.540,45	RECURSOS HUMANOS	20.227,78
EMPREGADOS COM VÍNCULO	11.347,36	EMPREGADOS COM VÍNCULO	12.457,86
13º Salário	0,00	13º Salário	0,00
Anuênio	1.236,35	Anuênio	1.250,45
Assistência Médica	30,03	Assistência Médica	25,74
Farmácia	0,00	Farmácia	0,00
Férias	0,00	Férias	0,00
Gratificação	1.409,40	Gratificação	1.409,40
PAT	0,00	PAT	1.197,00
Pis s/ folha	123,01	Pis s/ folha	106,06
Rescisões	0,00	Rescisões	0,00
Salários	7.959,95	Salários	7.863,59
Uniformes e Equip.Segurança	0,00	Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	588,62	Vale Transporte	606,62
ENCARGOS SOCIAIS	4.498,09	ENCARGOS SOCIAIS	4.074,92
F.G.T.S.	848,43	F.G.T.S.	841,84
I.N.S.S.	3.649,66	I.N.S.S.	3.233,08
ASSESSORIAS	3.695,00	ASSESSORIAS	3.695,00
Contábil	1.535,00	Contábil	1.535,00
Jurídica	2.160,00	Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	317,24
Impostos e Taxas	0,00	Impostos e Taxas	32,29
Iptu	0,00	Iptu	284,95
DESPESAS FINANCEIRAS	1.259,37	DESPESAS FINANCEIRAS	1.224,20
Bancária	1.251,50	Bancária	1.224,20
Juros Passivos	7,87	Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	12.337,17	INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	12.725,84
Água, Luz	0,00	Água, Luz	0,00
Alimentação	92,50	Alimentação	205,01
Aluguel	0,00	Aluguel	0,00
Brindes	0,00	Bens Móveis	259,00
Condomínio	247,81	Brindes	0,00
Conservação e Reparos	2.870,10	Condomínio	248,61
Contratização	223,79	Conservação e Reparos	2.038,77
Despesas Postais	444,47	Contratização	4.430,00
Doações	0,00	Despesas Postais	920,34
Material de Consumo	119,14	Doações	0,00
Material de Escritório	38,60	Material de Consumo	30,00
Material de Limpeza	327,16	Material de Escritório	58,00
Outras	473,64	Material de Limpeza	30,20
Publicações	2.770,00	Outras	1.634,17
Seguro	0,00	Publicações	0,00
Serv.Prest. Pessoa Física	3.170,01	Seguro	0,00
Serv.Prest. Pessoa Jurídica	196,35	Serv.Prest. Pessoa Física	1.011,90
Suprimentos p/Informática	0,00	Serv.Prest. Pessoa Jurídica	668,35
Telefone/Fax/Internet	1.069,88	Suprimentos p/Informática	0,00
Transporte	35,80	Telefone/Fax/Internet	1.169,49
Xerox	257,92	Transporte	32,00
Xerox	257,92	Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00	COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais Revistas	0,00	Assinatura de Jornais Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	1.276,54	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	851,50
CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	0,00	CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	0,00
Diárias	0,00	Diárias	0,00
Passagens	0,00	Passagens	0,00
SETOR IFES	1.276,54	SETOR IFES	851,50
Diárias	469,50	Diárias	851,50
Passagens	807,04	Passagens	0,00
REPASSES	11.422,27	REPASSES	11.396,20
Andes SN	10.744,30	Andes SN	10.718,47
Andes Mobilização	249,00	Andes Mobilização	249,00
Andes Solidariedade	428,97	Andes Solidariedade	428,73
Rateio Andes	0,00	Rateio Andes	0,00
REUNIÃO GTs	0,00	PERDAS PATRIMONIAIS	227,52
Diárias	0,00	Baixa do Ativo Imobilizado	227,52
Hotel	0,00		
Passagens	0,00		
RESULTADO DO MÊS	10.477,34	RESULTADO DO MÊS	10.890,57

Semana do professor teve debate, festas e

O prof^o Agostinho Beghelli é professor do Dept. De Educação Física do Colégio de Aplicação João XXIII. É ex-presidente da APESJF e foi diretor do ANDES-SN. Atualmente, participa do Grupo de Trabalho de Carreira do ANDES-SN como representante da APESJF. Em sua palestra, em 15/10, abordou a questão da carreira e da Reforma Universitária, implementada pelo governo federal

1 - A sensação de que o governo tem realizado sua desejada reforma universitária dividida em vários projetos é correta?

Sim. Depois da experiência vivida pelo governo Lula de apresentar, logo no início do primeiro mandato, um projeto de reforma da previdência para o setor público, que contemplava profundas transformações, tendo de enfrentar grandes manifestações da classe trabalhadora contra o projeto, ele optou por apresentar a reforma universitária, ou reforma da educação superior, em fatias. É certo que desde outubro de 2004 tramita no Congresso Nacional um conjunto de 14 grandes projetos com teores diversificados, que alteram o sistema educacional brasileiro. No entanto, eles hoje já se encontram ultrapassados em várias questões que abordam. Enquanto a classe trabalhadora da educação unia suas forças para enfrentar estes projetos no Congresso, o governo, de posse de uma estratégia "homeopática" apresentava outros projetos de lei que visavam à reforma do ensino superior. Vários projetos aprovados no congresso tais como o que regulamenta a Parceria Público-Privada, o que regulamenta as Fundações "ditas" de apoio, o que cria o banco de professor equivalente, os IFETs etc., mostram claramente a intenção do governo federal de implementar a reforma de forma fatiada.

Deste conjunto não fica de fora a reestruturação das carreiras dos docentes da educação básica nem dos da educação superior, que com a reestruturação passam a ser responsáveis por parte de seus salários. A reforma fatiada, que remete a universidade a uma condição de prestadora de serviços jamais vista em tempos passados, estreitando a sua relação com o mercado, passa a ser valorizada por aqueles que pensam que melhores salários são fruto da capacidade individual de produção. Assim, a luta por melhores salários deixa de ser uma tarefa coletiva.

2 - Quais são as recentes propostas governamentais para a mudança na carreira dos docentes do ensino superior?

O governo apresentou uma Minuta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Superior Federal; a criação da Gratificação de Encargos de Atividade de Preceptoria - GAP e da Função de Coordenação de Cursos; e dá outras providências". Nela podemos verificar que esta estruturação indica a criação de uma nova classe no final da

Carreira Professor Sênior, passando a ser estruturada da seguinte forma: classes de Professor Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado e Sênior, cada uma com 4 níveis de vencimento e mais a classe isolada de professor titular. Ressalte aqui que esta é a única carreira no serviço público que o servidor deve submeter-se a mais um concurso público para chegar ao topo da carreira. Quanto ao enquadramento, o mesmo será realizado de forma automática para os atuais servidores titulares, sendo que aqui são observadas a classe e o nível de vencimento em que se encontra posicionado. Na minuta de projeto aparece também a possibilidade de opção pelo não enquadramento na Carreira do Magistério Superior Federal, na qual o servidor permanecerá na situação em que se encontrar na data de publicação da Lei que está sendo proposta, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens por ela estabelecidas. Podemos dizer que este é um verdadeiro "presente de grego" dado também aos docentes da educação básica quando da reestruturação de suas carreiras.

Outra mudança proposta que irá atingir os docentes novos é a forma de ingresso. Este dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no primeiro nível da Classe Auxiliar, respeitada a retribuição por titulação do servidor de acordo com o título máximo que possui. Assim o governo alonga a carreira e rebaixa os salários dos professores ingressantes.

Outra questão apresentada indica um possível salário no final de carreira em torno de 14 mil reais. Podemos ver que estes valores somente serão atingidos após um período de mais ou menos 30 anos e efetivo exercício para os novos professores. Podemos constatar, também, que os valores propostos para o final da carreira docente hoje são os valores localizados no nível intermediário de algumas carreiras de estado.

Quanto ao interstício, a proposta muda os atuais 2 anos para 1 ano e 6 meses. Com base neste novo interstício, fica claro que os docentes terão que se desdobrar para produzir mais em menor tempo a fim de conquistarem suas progressões.

Por fim, a proposta institui a "Retribuição por Projetos Institucionais de Pesquisa e Extensão, financiada por recursos próprios, ou externos a ser percebida por docente que trabalhe no regime de dedicação exclusiva, seus critérios e previsão de autorização para pagamento," dispositivo que visa legalizar

A APESJF promoveu uma semana intensa de debates. Um dos pontos importantes foi a realização, em 15/10, do Painel "A questão da saúde do docente nas IFES foi abordada por Ana Lúcia de Mestres em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Ainda no evento, o professor Carreira Docente levadas a cabo pelo governo federal.

O debate foi seguido de uma assembléia que aprovou a Pauta Local de música ao vivo encerrou os eventos.

As festividades terminaram no dia 17/10 com o animado

o recebimento de adicionais que eram pagos via fundações e que foram questionados pelo TCU. Esta é mais uma forma de diferenciar os salários a partir da produtividade, sendo que neste caso o mercado é que será o regulador. Docentes de áreas não privilegiadas pelo mercado certamente terão salários mais baixos do que outros mercadologicamente mais bem vistos. Mesmo aqueles que estão em áreas que o mercado demanda algum tipo de pesquisa, certamente aplicada, terão que disputar sua fatia do bolo que não é tão grande quanto se divulga ser.

Esta situação certamente aprofunda a questão do individualismo, do direcionamento da pesquisa dentro da universidade, da diminuição de repasses públicos para pesquisa em um futuro próximo. A falsa ilusão de que a expansão física da universidade fortalece o seu caráter público precisa ser desfeita. Cada dia mais as barreiras entre o público e o privado estão sendo quebradas. Isto afeta diretamente dois pontos modais da universidade pública: indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão e o caráter de instituição pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. É bom lembrar que a proposta de mudança não faz menção em momento algum aos aposentados, fazendo crer que o governo trabalha na perspectiva de atender somente grupos de docentes da ativa. A experiência vivida com a criação da classe de associado na carreira do magistério superior é um bom exemplo da recente injustiça aos aposentados. É bom lembrar que um ataque aos aposentados representa perda não só para os atuais mas também para todos os aposentados futuros.

3 - Quais as conseqüências das mudanças realizadas na carreira do Ensino Básico e Tecnológico, resultantes do último "acordo" com o governo?

Apesar de ter reajustado os salários dos docentes da educação básica colocando-os bem próximos aos da educação superior em 2010, tendo como referência a titulação, as mudanças na carreira descaracterizaram sobremaneira o conceito de carreira. A estrutura da carreira da forma como hoje se encontra serve somente para adicionar percentuais nos salários dos docentes a cada ano e meio quando de sua progressão. Ainda assim, apresenta problemas já que rebaixa os salários dos docentes que entrarem no serviço público. Se repassarmos os valores hoje presentes na carreira reestruturada para a estrutura "antiga" constataremos que os salários

iniciais em todos os níveis de titulação são mais baixos na atual carreira. Além disso, a proposta de inclusão de mais uma classe na carreira dos docentes do ensino superior irá novamente derrubar a isonomia salarial entre as duas carreiras entre ativos e aposentados. Portanto, aqueles que apostaram que a reestruturação garantiria uma estabilidade isonômica agora podem ver que esta é uma tênue expectativa.

4 - Qual o propósito do governo em modificar o conceito de Dedicação Exclusiva nas IFES?

A proposta está intimamente vinculada a reajuste salarial atrelado à produtividade do docente, baseada na reforma da educação superior. A partir da constatação, apontadas pelo TCU, de existirem distorções nas relações das fundações "ditas" de apoio, o Governo propõe novas regras para o regime de dedicação exclusiva. No caso da aludida proposta, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deverá ser revista, pois os interesses do capital certamente não priorizam este princípio. Outro ponto que deve ser analisado pela categoria docente é o direcionamento desta proposta dá à questão do aprofundamento das relações público/privado. Além de estimular o "empreendedorismo docente", incentivando a captação individual de recursos para financiar os seus projetos, destina um percentual destes recursos à Universidade, desresponsabilizando e parte, o Governo, do seu financiamento. Certamente, o repasse destes recursos serão, aos olhos das administrações superiores, bem vindos, reduzindo, em muito, a possibilidade de enfrentamento proposta por parte das administrações superiores, mascarando outras questões que afetam diretamente o fazer docente como por exemplo, o acúmulo das funções acadêmicas com as administrativas, a implementação do produtivismo e a avaliação por desempenho. Estas, mais algumas formas de precarização do trabalho docente.

Por fim, como já foi dito acima, a questão dos reajustes salariais anuais previstos em lei, que atinja toda a categoria, fica secundarizado, pois, caso seja implantada a dita flexibilização do regime de DE, os professores passarão a "lutar" pela melhoria de sua remuneração não de forma coletiva, mas sim individual. Podemos dizer, enfim, que a flexibilização do regime de DE altera drasticamente a concepção de universidade, deslocando sua função pública para uma função de prestador

elaboração da pauta local de reivindicações

e comemorações durante a semana do professor.

Função Social da Universidade e Trabalho Docente”, em que a Ana Lúcia de Almeida Vargas - Assistente Social do Hospital Universitário, e Agostinho Beghelli falou sobre as constantes mudanças na função social da universidade. Veja, nas páginas abaixo, entrevista com ambos.

Logo depois, uma confraternização com o pessoal do Dia do Professor.

Mando e prestigiado baile do professor na AABB.

Ana Lúcia de Almeida Vargas é Assistente Social do Hospital Universitário e Mestre em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Ela falou aos docentes no dia 15/10 sobre a questão da saúde dos professores e abordou um tema delicado e pouco discutido atualmente: as doenças que afetam os professores em decorrência da precarização das condições de trabalho e do individualismo em voga nas IFES

Fotos Danniel Goulart



Agostinho Beghelli

Ana Lúcia de Almeida Vargas

serviços para o setor privado. A remuneração produtivista criará um ambiente de sedução em direção à iniciativa privada, que tem os recursos e o interesse em usar o padrão de excelência construído nas universidades. Certamente esta mudança afetará o compromisso com a qualidade da educação pública.

5 - A Reforma Universitária do governo federal vai conseguir transformar as IFES apenas em grandes escolas formadoras de mão de obra e em grandes balcões de negócio, onde os projetos são vendidos ao mercado? Qual deve ser a postura para resistir a tudo isso?

Sim, um pouco de tudo isso. Certamente teremos jogado por terra a questão do padrão único de qualidade das universidades. Quanto à resistência, faz-se necessário que os docentes, os técnico-administrativos e os discentes ampliem a discussão sobre os efeitos que as políticas de governo estão causando e/ou irão causar à universidade pública.

Entender como toda esta reformulação afeta o presente e, principalmente o futuro da categoria e da instituição, é de suma importância para a mobilização. A comunidade acadêmica deve se dispor a analisar a fundo todo este “movimento” que vem acontecendo no interior da universidade e que certamente salta aos olhos da grande maioria da população acadêmica: novos prédios construídos, novas contratações de docentes e técnicos, novas vagas discentes, novos cursos e etc. que são acompanhados de novas regulamentações, de carreiras reformuladas, de flexibilização de DE, de regulamentação de fundações, de novas modalidades de parcerias público/privadas e etc.. Não podemos cair na tentação de analisar o processo apenas por um destes

vieses. Fazer uma análise global e crítica do que vem acontecendo com a nossa universidade pública se faz urgente e necessário. Não podemos perder o bonde da história ou nos acomodarmos em nossos departamentos e projetos, sob pena de sermos cobrados pelas gerações futuras de, no mínimo, egoísta passividade.

Por fim vai aqui um alerta para um problema que já há algum tempo estamos vivendo: grande parcela dos principais atores da comunidade acadêmica (sejam docentes, discentes ou técnicos) não participam efetivamente das discussões. Não é justo com aqueles que elegemos para nos representar nos órgãos decisórios da universidade, imputar o papel de decidir em nossos nomes questões importantes para o futuro da universidade e de nossas carreiras.

Também não é justo imputar a mesma responsabilidade aos nossos representantes sindicais. Temos que resgatar os espaços próprios de discussão coletiva (reuniões departamentais, reuniões colegiadas, reuniões de congregação e etc.) e também as assembleias gerais dos nossos sindicatos e diretório central, para que nestes espaços sejam feitas as discussões que sinalizarão os caminhos que o coletivo indica. A cultura da reunião deve ser estendida para discussões de caráter mais geral, de abrangência coletiva mais ampliada, que aborde questões macro que influenciam os rumos da universidade e da educação pública no geral. Somente assim, mais tarde, poderemos dizer às gerações futuras que fomos atores atuantes no processo de transformação da universidade pública e que a universidade a eles oferecida não foi obra de alguns iluminados ou alguns delegados, e sim da discussão pública e ampliada da comunidade acadêmica.

1 - Quais as principais doenças que afetam os docentes do ensino superior hoje em dia?

Falando em sintomas, os mais recorrentes são: distúrbios advindos do estresse, labirintite, faringite, neuroses e doenças dos aparelhos locomotor e circulatório, nervosismo, fraqueza, cansaço mental, gastrite, insônia, perda temporária da voz/rouquidão, esquecimento, tontura, calos nas cordas vocais.

2 - Em sua palestra vc disse que existe todo um contexto criador dessas doenças. Pode falar sobre isso?

Como havia dito, nas duas últimas décadas, estudos e pesquisas sobre saúde do trabalhador docente revelam vários tipos de doenças adquiridas por causa da intensificação do trabalho, das relações entre docentes e instituições de ensino, da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, da supressão de conquistas sociais e por conta da intensa política de reestruturação das carreiras profissionais, que favorecem a sobreexploração... Estes são fatores que fazem adoecer não só os trabalhadores, mas também instituições.

Soma-se a essas causas, a redução do padrão de vida dos professores, a precarização das condições de trabalho, o aumento da exclusão social, o aprofundamento do desemprego e o arrocho salarial.

3 - O individualismo tão estimulado pelas políticas governamentais tem ajudado a complicar o quadro?

Perceber-se trabalhador, pertencente a uma categoria profissional não é simples, a desagregação é uma característica desta sociedade que estimula o individualismo. No campo da Saúde do Trabalhador o sofrimento/adoecimento não é individual, é coletivo, e precisa ser compreendido em sua complexidade, o que demanda

uma intervenção coletiva, sem a culpabilização do trabalhador que sofre! As políticas governamentais (vide reformulação da carreira docente) realmente contribuem para o desestímulo do trabalhador docente, da sua participação e contribuem ainda mais para o “seu sofrer sozinho”.

4 - As instituições, universidades etc estão preparadas para dar o apoio necessário ao docente nesses casos?

Vale salientar que a morbidade apresentada pelo trabalhador docente enquadra-se em um perfil que foge daquele configurado pelas doenças profissionais clássicas. E, em decorrência disso, a discussão do nexo causal entre as doenças adquiridas pelos docentes no seu trabalho é muito mais indireta e complexa, exigindo uma nova reflexão sobre a idéia de causalidade positivista que inclusive dá sustentação a toda a análise jurídico-legal dessa questão. Mas é preciso iniciar uma discussão sobre o assunto e nada melhor que chamar para essa conversa os atores envolvidos: trabalhadores e seus representantes sindicais, serviço e a instituição.

5- Quais são as saídas para a melhoria do quadro geral na saúde dos docentes?

Como apontado anteriormente, uma saída é discutir o assunto com os envolvidos na questão. Outro caminho é dar continuidade ao que APES iniciou nesta data: apresentar momentos de debate com a categoria para esclarecer a todos e proporcionar uma oportunidade de debate; ampliando a defesa da saúde e da melhoria das condições/organização e ambientes de trabalho na UNIVERSIDADE. A idéia de se estruturar um grupo de trabalho (idéia que surgiu no momento do debate) também pode ser uma saída.

APESJF entrega pauta local de reivindicações

Foto Dannel Goulart

Em 04/11, a diretoria da APESJF entregou a Pauta Local de Reivindicações ao Reitor da UFJF, Henrique Duque, que prometeu analisar o documento e dar uma resposta aos docentes. Veja abaixo a íntegra da Pauta.

A construção da pauta local faz parte de uma mobilização integrada de muitas Seções Sindicais em todo o país, que identificaram e sistematizaram em documentos suas demandas específicas sempre na defesa da universidade pública e de melhores condições de

trabalho para os docentes das IFES.

Na UFJF, inicialmente concebida por uma comissão formada no Conselho de Representantes do sindicato, a pauta foi discutida e aprovada no Conselho e na assembléia do dia 15/10, como parte das atividades da semana do professor.

O documento está dividido em quatro temas principais: a questão do plano de saúde dos docentes, os repasses de recursos às fundações, a democracia interna na UFJF e a necessidade de maior transparência na instituição.



Diretoria da APESJF entrega a Pauta Local de reivindicações ao Reitor Henrique Duque, em 04/11/09

PAUTA LOCAL DE REIVINDICAÇÕES DA APESJF, APROVADA NA ASSEMBLÉIA GERAL DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

I - PLANO DE SAÚDE

A decisão de implantação do plano de saúde para os professores da UFJF foi tomada pela administração superior sem consultá-los, em nenhum momento, quanto à melhor forma de fazê-lo. Em função dessa decisão administrativa, vários professores filiados a outros planos de saúde foram prejudicados, pois a atitude da Reitoria impede que usufruam do benefício do ressarcimento das suas despesas com planos de saúde. Esta situação poderia ter sido evitada se a Reitoria tivesse discutido com a categoria dos professores qual a melhor forma de atendê-los.

Em face disto, reivindicamos:

1.1 - que os professores da UFJF possam optar pelo ressarcimento do pagamento das suas despesas com plano de saúde, conforme prevê a norma legal que trata do assunto, fazendo valer um direito que lhes é devido.

II - REPASSES PARA FUNDAÇÕES

A UFJF como órgão público do governo federal recebe um volume expressivo de recursos por meio de convênios com outros órgãos públicos, sem que para isto tenha que participar de concorrências. Este privilégio somente pode se dar porque se trata de transferência de recursos entre órgãos públicos. Exige-se em contrapartida que a gestão de tais recursos também seja pública e transparente, sujeita à fiscalização dos órgãos encarregados desta tarefa. Ao transferir parcela destes recursos, provenientes de convênios com entidades públicas, para fundações de direito privado, independente da sua relação com a UFJF, esta, na verdade, está servindo de biombo para aquelas, na captação de recursos públicos, sem a necessidade de processos de licitação a que devem se submeter qualquer organização privada.

Em face disto, reivindicamos:

2.1 - que se divulguem os valores e objetos das transferências de recursos públicos da UFJF para as fundações de direito privado nos últimos cinco anos, pelo menos;

2.2 - que, doravante, a UFJF não transfira recursos públicos para fundações de direito privado, qualquer que seja a relação destas com a Universidade.

III - PROCESSO DEMOCRÁTICO

A APESJF, junto com o Sintufefuj e o DCE, teve e tem um papel fundamental na escolha democrática dos últimos reitores. Se por um lado isto, por si só, é um indicador do estágio da democracia interna, por outro não tem garantido uma gestão democrática e participativa por parte da atual administração superior da UFJF, eleita com apoio neste processo. Ainda é viva em nossa lembrança, para citar como exemplo, a forma como se deu a aprovação do REUNI na nossa universidade, com o prédio onde se reunia o Conselho Universitário cercado por mais de 200 policiais. Também não se pode esquecer o fechamento da Casa de Parto, feito com base em argumentos administrativos pequenos frente à grandeza da missão, intimidando aqueles e aquelas que mais lutam pela nobre causa de se ter um parto mais humanizado. Não se escolhe reitor democrática e participativamente só por escolher. Esta escolha tem que ter contrapartida clara: o respeito ao convívio democrático e à discussão ampla e aberta com toda comunidade.

Em face disto, reivindicamos:

3.1 - que as decisões da administração superior sejam precedidas e calcadas em discussões públicas com a sociedade e com a comunidade acadêmica em especial, em prazos adequados à importância dos temas tratados, sem pressões aos órgãos colegiados da universidade e uso de recursos administrativos e judiciais intimidatórios contra pessoas.

3.2 Reabertura imediata da Casa de Parto.

IV TRANSPARÊNCIA

A UFJF, no ano corrente, transformou-se em verdadeiro "canteiro de obras" (termo utilizado por alguns representantes da Administração Superior). Os recursos provenientes do Governo Federal para a implementação do REUNI vêm modificando a estrutura física da universidade juntamente com a possibilidade de alterações na concepção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal fato, representado, por exemplo, na tendência de novas contratações ocorrerem fora do regime de dedicação exclusiva e na falta de divulgação de uma agenda de obras, tem inquietado a comunidade acadêmica que não possui as informações suficientes sobre as mudanças que estão ocorrendo em nossa universidade.

Em face disto, reivindicamos:

4.1 que seja criado e mantido um portal da transparência, na Internet, especificando as obras e equipamentos contratados com, pelo menos, o seguinte conteúdo: objeto, empenhos, pagamentos, valores, datas, empresas contratadas e unidades e órgãos beneficiados na UFJF.

4.2 que haja divulgação das alocações de vagas efetivas, especificando tanto as contratações já efetuadas em 2008 quanto a quantidade de professores novos que serão contratados, por departamento, com seus respectivos regimes de trabalho.

Juiz de Fora, outubro de 2009.

Carreira

Sindicato avança na formulação de proposta

O Seminário Nacional de Carreira, ocorrido em Montes Claros - MG, nos dias 09 e 10/10 enriqueceu o debate na busca por uma formulação democrática para a proposta do sindicato nacional para a carreira dos docentes das IFES. O debate incorporou as análises que o ANDES-SN acumulou ao longo dos anos e expressou a complexidade do tema. Os resultados permitem avançar na definição de uma proposta de carreira a ser deliberada pelo sindicato em seu próximo Congresso. Até lá, o sindicato ainda terá alguns passos, já que está agora na segunda etapa do processo. Veja no quadro ao lado algumas conclusões e direções debatidas no seminário.

O debate sobre

carreira constitui atualmente um dos eixos centrais do ANDES-SN, nos três setores que compõem sua estrutura: Setor das IEES/IMES, Setor das IFES e o Setor das IPES.

Seja na pauta com o Governo Federal, seja na pauta com os governos estaduais e municipais ou com os padrões da iniciativa privada, os docentes organizados no ANDES-SN se deparam com a necessidade de terem em mãos uma proposta de carreira referenciada nas necessidades do contexto atual. Isso não vem se dando sem referenciais, mas à luz dos princípios históricos defendidos pelo ANDES-SN, que constam no Caderno 2 e demais documentos produzidos pelo sindicato ao longo dos anos.

ANDES-SN é recebido por Fernando Haddad

Após quase um ano de insistentes pedidos de retomada das conversações com o Mec e assistir a uma profusão de documentos emitidos pelo governo em que mudanças significativas são preconizadas nas IFES, o ANDES finalmente foi recebido pelo Ministro Fernando Haddad. A reunião se deu às 16 horas do dia 20/10 após um protesto do sindicato em frente ao prédio do Ministério, que contou com o apoio de várias entidades e parlamentares.

Os representantes do ANDES-SN, depois de serem cumprimentados pelo Ministro pela retomada do Registro Sindical, expuseram a dificuldade de diálogo com o Ministério e que o objetivo do sindicato ali era retomar a pauta das audiências anteriores de 12/8/08, 14/10/08 e 23/1/09, e reafirmar que, infelizmente, apesar dos insistentes pedidos, as

audiências não haviam sido agendadas.

O presidente do ANDES, Ciro Correia, expôs a urgência da abertura do diálogo entre MEC e ANDES já que questões centrais sobre estruturação da universidade e concepção do trabalho docente passaram a constar de vários documentos emitidos pelo MEC e MPOG, com diretrizes que contrariam as propostas defendidas pelos docentes para a universidade e para a carreira docente, em particular na questão do papel da Dedicção Exclusiva, enquanto regime de trabalho prioritário. Outros documentos pretendem "regulamentar" a autonomia das IFES e a interação entre as IFES e as fundações privadas ditas de apoio.

O ANDES-SN fez ainda um histórico das reuniões do setor das IFES, dos documentos produzidos e fez referência à presença

Conclusões do encontro

Carreira não deve ser produtivista;

A carreira docente não pode ser entendida apenas como recurso de acréscimo salarial, mas como estímulo ao crescimento e desenvolvimento do docente;

Desvincular a carreira docente da relação com as estruturas de cargos na gestão universitária;

A carreira deve contemplar condições de trabalho que não comprometam a saúde e segurança do docente, dada a complexidade de uma atividade que envolve relações humanas (é preciso garantir a salubridade profissional);

Manter o princípio da diversidade no que se refere aos níveis de titulação (especialização, graduação, mestrado, doutorado, livre docência e titular);

A carreira deve conter princípios do caderno 2, além dos que estão no item "E", que trata das condições de trabalho docente e acrescentar: Regime Jurídico Único, isonomia salarial entre docentes em exercício e os docentes aposentados; deve-se contemplar um equilíbrio salarial entre início, meio e final da carreira. A relação entre o salário do início e do final da carreira não deve exceder X vezes; (a relação não foi fechada no Seminário, e segue para uma melhor formulação durante as discussões na base e no Encontro Nacional de Carreira)

A carreira deve observar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

O trabalho docente pressupõe as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão universitária e exercício de mandato sindical;

A carreira deve ter critérios claros de promoção (não foi possível avançar na definição dos critérios. Segue o princípio para uma melhor formulação durante as discussões nas seções sindicais, GTs e no Encontro Nacional de Carreira)

Estrutura simplificada de carreira com 5 níveis correspondentes de formação/titulação existentes atualmente nas universidades brasileiras (graduação, mestrado, doutorado, livre docência e professor titular)*;

Carreira deve ter estrutura aberta, com ingresso em qualquer nível, mediante concurso público e progressão respeitando a formação/titulação*;

Carreira de estrutura aberta, com ingresso em qualquer nível, mediante concurso público e progressão respeitando o tempo de serviço e formação/titulação*;

*Pontos em que não houve consenso no detalhamento da proposta, seguem com as demais que tratam da mesma questão para discussões nas seções sindicais e no Encontro Nacional de Carreira)

dos representantes indicados pelo setor para participar desta audiência.

O ministro, desculpando-se, disse que de fato não havia recebido o sindicato por dificuldades de agenda, já que esteve muito ocupado com a proposta de emenda constitucional (PEC), que exclui a educação das verbas retidas pela DRU, que recentemente havia sido aprovada no Senado. Pediu, nesta iniciativa, o apoio do ANDES ao que foi informado que o sindicato já havia publicado posições de acordo com essas ações e que o ANDES considera importante esse encaminhamento pelo MEC.

Sobre os documentos que tem circulado, o ministro afirmou que estes eram internos, todos minutos ainda por serem finalizadas e que apenas após concluídas e ouvidos os diferentes agentes ou setores interessados: ANDIFES,

fundações, TCU, SBPC, é que o sindicato seria chamado no MPOG para tratar destes assuntos.

Apesar das dificuldades em situar as discussões na pauta central, já que o Ministro se detinha em inúmeras particularidades criando constantes momentos de tensão, Haddad, sob pressão do sindicato, retomou que seria oportuno então de fato fazer as reuniões com a Sesu. Neste momento, a Secretária Executiva da SESU Maria Paula Dallari Bucci disse que, conforme acertado pelo governo só poderia ser discutida, no âmbito do MEC, a proposta do decreto sobre as relações das IFES com as fundações privadas, uma vez que a lei sobre carreira teria que ser discutida na SRH/MPOG. Em contraposição a esse anúncio, o ANDES enfatizou a necessidade de ter o MEC como

protagonista nessas discussões, mas a conversa não avançou.

Ao final, ficou apenas o compromisso de que o ANDES seria convidado para uma conversa na SESU sobre o "decreto que regulamenta o credenciamento de fundações pelas IFES" que estaria sendo fechado ainda na última semana de outubro com o MCT, e que o sindicato poderia apresentar, nessa ocasião, suas ponderações sobre o projeto, assim como conhecer a versão acabada quanto à regulamentação da DE.

No entanto os representantes do Ministério afirmaram que seria uma ação informal para que se pudesse, reciprocamente, dar conhecimento das justificativas para as posições a propósito do tema, uma vez que qualquer encaminhamento oficial só seria mesmo possível no âmbito da SRH/MPOG.

Educação e trabalho docente: a atualidade da defesa de princípios e concepções

Prof^o Álvaro Quelhas - Faculdade de Educação

O mês de outubro costuma ser marcado por muitas referências à educação e aos professores, principalmente em razão do dia 15 onde se “comemora” o Dia do Professor. Para além dos discursos otimistas e das mistificações ideológicas, é conveniente refletir a respeito da realidade educacional no Brasil. Neste breve texto, iremos pontuar alguns dos aspectos mais relevantes.

A bandeira da escola pública, universal, gratuita, obrigatória e leiga que se difundiu de modo especial a partir da Revolução Francesa, tornou-se realidade a partir da segunda metade do século XIX com a emergência dos Estados Nacionais que se fez acompanhar da implantação dos sistemas nacionais de ensino nos diferentes países, como via para a erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular. No Brasil, o imenso déficit histórico acumulado no campo educacional se deve ao retardo na instalação de um sistema nacional de ensino, em contraste com os países que instalaram os seus respectivos sistemas, não apenas na Europa, mas também na América Latina, como o ilustram os casos da Argentina, Chile e Uruguai [1].

Em 2007, segundo o IBGE, o contingente de analfabetos da população brasileira de 15 anos ou mais de idade, foi da ordem de 10% ou 14,1 milhões de pessoas. Entre as crianças de 7 a 14 anos de idade, o país ainda conta com 8,4% que não sabem ler e escrever. Considerando a taxa de analfabetismo funcional que indica o percentual da população de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos completos de estudo, o percentual da população que não concluiu o primeiro segmento do ensino fundamental no Brasil era de 21,7% ou cerca de 30 milhões de pessoas [2].

No ensino secundário, segundo a UNESCO [3], 60% ou mais de estudantes brasileiros tiveram pontuações no nível mais baixo da escala de classificação estabelecida em várias avaliações internacionais de desempenho dos alunos em disciplinas científicas, ficando ao lado de Indonésia e Tunísia. O percentual da população na faixa etária de 25 a 34 anos que atingiu pelo menos o nível secundário da educação, apresenta um dos percentuais mais baixos da população (cerca de 40%) em comparação com países membros da OCDE [4], cuja maior parte dos países alcança taxas superiores a 80%. Já em relação à conclusão do ensino superior, somente cerca de 10% da faixa etária de 25 a 34 anos atinge este nível de ensino no Brasil, o que dá ao país a pior taxa, ficando atrás não só de nações desenvolvidas.

A situação pode ser explicada, em parte, por meio dos gastos anuais por estudante. Enquanto no Brasil se gasta cerca de 1.200 dólares por estudante na educação primária, a média entre países da OCDE chega a 5.832 dólares. Na educação secundária a média da OCDE é de 7.276 dólares, enquanto no Brasil são gastos 1.033 dólares. Somente em relação à educação superior, onde o investimento brasileiro (cerca de 8.000 dólares) está mais próximo da média praticada na OCDE que é de 11.100 dólares. Como percentual do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil investe em educação cerca de 4%, abaixo do que é investido pela maior parte dos países da OCDE. A Coreia, por exemplo, investe 7%. O Plano Nacional de Educação proposto pela sociedade brasileira no final dos anos de 1990, previa 7% de investimento em educação, o que foi vetado por Fernando Henrique Cardoso e mantido por Luiz Inácio da Silva [5].

A situação dos professores reflete bem como a educação é tratada no Brasil: salários aviltados, falta de planos de carreira, ausência de incentivos para o aperfeiçoamento profissional, péssimas condições de trabalho, e até casos de violência com ameaças e agressões físicas. Aprovado em 2008, o Piso Nacional Salarial do Magistério de R\$ 950,00 (cerca de 550 dólares/mês, em 28/10/2009) por jornada de 40 horas, com 1/3 da jornada para atividades extraclasse, ainda não está sendo cumprido. Entre países da OCDE, a Hungria paga os salários anuais mais baixos para professores com

pelo menos 15 anos de experiência (16.000 dólares/ano). Na Alemanha, Coreia e Suíça, este valor chega a cerca de 50.000 dólares anuais.

A universidade brasileira está passando por um processo de reconfiguração, que visa sua transformação em universidade prestadora de serviços, adequando-a como uma nova esfera de exploração capitalista. Está em curso um processo de desmonte da universidade brasileira numa perspectiva crítica, instituição que deve ter como princípio fundador o da “unidade na diversidade”, isto é, um espaço privilegiado para o encontro/formação de pessoas interessadas na apropriação, no debate e re-criação de distintos saberes/áreas de conhecimento. Esta universidade crítica deve se pautar pelo e para o avanço do conhecimento, o que implica capacidade de análise e crítica, que não se resume à capacidade de resolver problemas, mas sim de formular questões. Entre os mecanismos de desmonte da perspectiva de uma universidade crítica e autônoma, assim como o favorecimento do setor privado, podem ser mencionados: (1) a permissividade para a expansão privada; (2) transferência de recursos públicos ProUni, Lei de Inovação Tecnológica, FIES; (3) fundações privadas, cursos pagos, pesquisas para empresas, pagamento por produtividade, contratos de gestão - REUNI [6] [7].

A mais nova ameaça aos docentes das universidades federais é uma proposta de reestruturação da carreira do 3º grau que está sendo gestada no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, inserida na construção de uma nova lógica de organização do serviço público federal [8]. A proposta de novas classes na carreira no topo da carreira cria uma expectativa na categoria docente de reajuste salarial para o final da carreira e tem implicações para toda a categoria, em especial aos que estão próximo de aposentadoria e aos que já estão aposentados, pois dependem do reposicionamento na nova carreira.

Além disso, ao invés de uma política salarial como determina a CF, os reajustes salariais ficam reduzidos a essas reestruturações. A flexibilização do regime de dedicação exclusiva tornará legais atividades regulares de prestação remunerada de serviços, configurando um estímulo à lógica mercantil consolidada pelas ações das Fundações, ditas de apoio, e da política de capacitação de recursos das IFES. Impõe um novo modelo de Universidade (não mais pública), organizada por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas a Universidade “prestadora de serviços”. Mediante a nova modalidade de remuneração por projetos, professores se transformam em agentes empreendedores, afastando-se de suas verdadeiras responsabilidades de educadores, além de exonerar o Estado da garantia de recursos para pagamento dos salários.

O momento requer do movimento docente a recuperação de sua capacidade de reflexão crítica coletiva. É preciso ultrapassar o plano das primeiras aparências, para identificar as futuras e nefastas consequências das atuais políticas para a educação. Esta é tarefa fundamental, tanto no que se refere ao papel social da Universidade Pública, quanto para o futuro das novas gerações de trabalhadores docentes.

NOTAS:

[1] SAVIANI, Demerval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 6 n. 2, p. 213-231, jul./out.2008.

[2] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2008. Rio de Janeiro, 2008.

[3] UNESCO. Comunicado de Prensa de la UNESCO nº 115-2008. Disponível em: http://www.unesco.org/education/gmr2009/press/GMR2009_pressrelease_ES.pdf

[4] Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Education at a Glance 2007 - OECD Indicators.

[5] TONEGUTTI, Cláudio Antônio. Financiamento da educação pública: elementos para reflexão. Universidade e Sociedade, Brasília, ano XVI, nº 39, fevereiro de 2007.

[6] SIQUEIRA, Ângela C. Educação Superior em disputa: expansão excludente versus democratização da universidade crítica. Universidade e Sociedade, Brasília, ano XVIII, nº 43, janeiro de 2009.

[7] ANDES. “Reforma universitária”: quais os interesses envolvidos? Circular nº